

A hipótese da saliência e a pragmática dos atos de discurso

Madalena Borges

Como citar: BORGES, M. A hipótese da saliência e a pragmática dos atos de discurso. In: GONZALES, M. E. Q. *et al.* (org.). **Encontro com as ciências cognitivas**. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, 1997. p. 93-110 DOI: <https://doi.org/10.36311/1997.978-85-60810-30-7.p93-110>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A HIPÓTESE DA SALIÊNCIA E A PRAGMÁTICA DOS ATOS DE DISCURSO¹

Madalena BORGES²

Apresentação

Um dos principais problemas em pragmática dos atos de discurso é explicar como os indivíduos conseguem recuperar as informações mentais para definirem a significação do locutor. Inúmeras tentativas para responder a esta questão já foram realizadas, mas, infelizmente, não se conseguiu mostrar como se opera o funcionamento dos mecanismos cognitivos que nos levam a compreender a linguagem natural.

Neste artigo, esboçamos a hipótese da saliência e distinguimos o que é *saliente* daquilo que é *pertinente*. A análise da saliência, segundo nossa proposta, pode se dar tanto do mental, quanto da análise da linguagem e isso se explica pelo fato de existir uma relação intrínseca entre o pensamento e a linguagem. Este trabalho será dividido em três partes:

1^a Vamos expor, de maneira bastante breve, as idéias-diretrizes da Teoria dos Atos de Discurso³ tal como ela é elaborada por Searle e Vanderveken. Salientaremos as relações entre a filosofia da linguagem e a filosofia da mente.

2^a Faremos um primeiro esboço da hipótese da saliência onde buscaremos distinguir quando falamos de saliência relativamente ao mental e quando falamos de saliência relativamente ao aspecto lingüístico.

¹A tradução de *speech acts* por atos de fala nos leva a enfatizar o aspecto locucionário da enunciação por essa razão optamos por traduzir *speech acts* por atos de discurso pois isso nos permite uma visão mais condizente com as novas perspectivas teóricas nas quais a filosofia da linguagem é considerada como um ramo da filosofia da mente e da ação.

² Universidade Federal de Roraima.

³A teoria dos atos de discurso originalmente proposta por J. L. Austin conheceu, ao longo dos últimos anos, progressos consideráveis, sobretudo, com os trabalhos de J. Searle e D. Vanderveken. Estou apresentando aqui as linhas mais gerais desta teoria. Para o leitor interessado em aprofundar-se em algum dos pontos aqui abordados, é possível recorrer às seguintes obras: Searle (1969, 1979); Searle & Vanderveken (1985); Vanderveken (1988).

3ª Para concluir, discutiremos a importância da distinção entre saliência e pertinência, e propondo a distinção entre saliência semântica e saliência pragmática; consequentemente entre pertinência semântica e pertinência pragmática.

1 Filosofia da mente e teoria dos atos de discurso

Uma das idéias-diretrizes da Filosofia da Mente de Searle (1983) é que os seres humanos interagem com o mundo em virtude de uma capacidade fundamental que possuem, a *Intencionalidade*⁴.

Segundo Searle (1989), temos estados mentais que não são redutíveis a estados neuronais, mas que são causados e realizados em nosso aparato cerebral. O que distinguiria nossos estados mentais de nossos estados neuronais seria o fato de que os primeiros são atualmente ou potencialmente estados conscientes, enquanto que os últimos não o são.⁵

Entre os muitos estados mentais que possuímos, temos alguns que são estados mentais *Intencionais*, isto é, que são *a propósito* de alguma coisa no mundo. Os estados mentais Intencionais são constituídos de um *modo psicológico* e de um *conteúdo representacional*.

O *modo psicológico* indica o *tipo* de estado mental, se é um desejo, uma crença, uma intenção ou um outro estado qualquer. O modo psicológico determina também a *direção de ajuste* entre o estado mental e o mundo (se é da mente para o mundo ou do mundo para a mente). Já o *conteúdo representacional* determina quais as condições que devem existir no mundo para que o estado intencional seja satisfeito.

Segundo esta perspectiva, a noção de representação é relativa às condições de satisfação de um dado estado intencional, isto é, aquilo que deveria acontecer no mundo para que meu estado mental seja satisfeito. A título de ilustração, pensemos, por exemplo, *no desejo de comer maçãs*. O modo psicológico deste estado mental é o desejo. Este modo psicológico determina que a *direção de ajuste* vai do mundo à mente, porque para que

⁴ Intencionalidade definida por Searle como a capacidade de relacionar organismo e mundo. Consoante esta perspectiva, a percepção e a ação são as formas primeiras da Intencionalidade, pois elas são as formas mais primitivas pelas quais os organismos e o mundo interagem.

⁵Sobre esta perspectiva ver Searle (1989), p. 193-209.

este estado mental (o desejo) seja satisfeito deve haver um dado estado de coisas no mundo. De outro lado, o conteúdo representacional define aquilo que deve existir no mundo para que o estado mental seja satisfeito; neste caso, comer a maçã.

Os estados mentais não funcionam sozinhos; eles fazem parte de uma *rede de estados mentais* que dá sentido a um determinado estado mental. Além da *rede*, os estados mentais são apoiados sobre um *background* de suposições e práticas sociais que não é intencional, mas *pré-intencional*; este último permite o funcionamento de nossa intencionalidade, ou seja, de nossa relação com o mundo.

Segundo Searle (1983, 1984), assumir que temos uma capacidade mental não implica assumir uma tese dualista, pois o mental é considerado uma macro-propriedade da estrutura física do cérebro.

Voltando ao nosso exemplo, *o desejo de comer uma maçã* é um estado mental intencional que pode ser formalmente representado como $D(R)$ onde o modo psicológico determina a relação de ajuste do estado intencional e o conteúdo representacional R , o estado de coisas que deve existir no mundo para que o estado mental seja satisfeito. Por esta definição, meu desejo só será satisfeito se eu comer a maçã. Para que eu possa, entretanto, vir a ter este desejo, devo antes ter outros estados mentais, como a crença na existência de maçãs, que elas servem para comer, que existem maçãs no mundo, que eu disponho desta capacidade de comer etc... Assim, ao analisar meu desejo de comer maçãs, eu levaria em conta estados mentais e reconhecimento de capacidades pré-intencionais como a minha capacidade de comer. Esta perspectiva de Searle acerca do mental não está confinada a uma filosofia da mente, ela permeia a Teoria dos Atos de Discurso, as definições de sucesso, satisfação e as suas noções de *significar* e *compreender*.

1.1 A teoria dos atos de discurso

Na teoria dos atos de discurso, os atos ilocucionários são as unidades primeiras de significação dos enunciados nas línguas naturais. Ao realizar uma enunciação bem sucedida, realizamos ao mesmo tempo atos locucionários (realização lingüística dos atos ilocucionários), atos ilocucionários e atos perlocucionários (efeitos sobre a audiência daquilo que dizemos). Consideramos também que os atos ilocucionários elementares e completos são compostos de uma força ilocucionária F e de um conteúdo proposicional P .

Os atributos lógicos do ato ilocucionário de tipo $F(P)$ ⁶ são o *sucesso* e a *satisfação*.

Um ato ilocucionário da forma $F(P)$ é realizado com *sucesso* se, e somente se, o *objetivo ilocucionário*, o *modo de realização*, as *condições preparatórias*, as *condições de sinceridade*, as *condições sobre o conteúdo proposicional* e o *grau da força* forem corretamente realizados no contexto de enunciação⁷.

Um ato ilocucionário $F(P)$ será *satisfeito* em um contexto de enunciação somente se a proposição expressa em seu conteúdo proposicional for verdadeira consoante a direção de ajuste determinada por seu objetivo ilocucionário.

Consoante esta perspectiva, os atos ilocucionários são intencionais em dois níveis: a) da Intencionalidade intrínseca a qualquer ação e b) da intencionalidade derivada dos estados mentais, tanto daqueles que são expressos nos conteúdos proposicionais, quanto daqueles que compõem as condições de sinceridade, as condições preparatórias etc.

Os atos ilocucionários só são realizados com sucesso se estiverem fortemente relacionados à *rede de estados mentais* do locutor, em alguns casos, do interlocutor e a seus respectivos backgrounds. Por exemplo, se o comandante ordena que o soldado atire, seu ato ilocucionário de tipo diretivo (ordem) só será realizado com sucesso e sem defeito se o soldado atirar porque recebeu esta ordem. Mas se ele atirar fortuitamente, independentemente da ordem que recebera, não posso considerar que o ato ilocucionário foi realizado com sucesso e sem defeito.

No que concerne ao locutor, o comandante, este deve exercer e crer que exerce uma posição de autoridade sobre o interlocutor, o soldado, e desejar que a ordem seja cumprida. Desejos e crenças são estados mentais do locutor, realizados no interior da rede de estados mentais e apoiados sobre o background.

No que concerne ao interlocutor, este deve cumprir a ordem porque foi ordenado, crendo que o locutor ordenou e que ele tem o desejo de que a ordem seja cumprida. Estes são estados mentais do interlocutor.

⁶A forma lógica $F(P)$ representa os atos ilocucionários elementares e completos.

⁷ Os conceitos em itálico se referem aos componentes que definem a força ilocucionária; Ver Vanderveken, (1988).

Eis porque Searle e Vanderveken consideram que é necessário admitir a existência de uma relação direta entre estados mentais e atos ilocucionários.

2 O background e a rede: esboço da hipótese da saliência

Como dissemos anteriormente, a rede de estados mentais comporta todos os tipos de estados mentais que os indivíduos possuem; já no background são realizadas nossas capacidades e estados pré-intencionais; o que ali está é não-representacional.

Searle discute algumas diferenças básicas entre o background e a rede de estados mentais⁸. Podemos agrupar essas diferenças em dois tipos: a diferença quanto ao funcionamento e a diferença quanto à natureza de seus componentes.

A diferença quanto à natureza dos componentes do background e da rede de estados mentais é que os componentes do background não são representacionais e são mais “fundamentais” do que os estados mentais.

Já a diferença quanto ao funcionamento do background e da rede de estados mentais fica aparente se, ao exemplo de Searle (1989), consideramos que representar é reconhecer as condições de satisfação de uma proposição. Entretanto, só posso reconhecer essas condições se existir uma relação entre os estados mentais da rede. Essa relação, por sua vez, é apoiada sobre um background que é ele mesmo não representacional.

No entanto, quando Searle propõe suas análises dos atos ilocucionários ele recorre a *informações* (1979) do background, informações estas que são de cunho representacional. Isso nos leva a dois questionamentos. Se admitimos que os componentes do background não são representações, como uma não-representação pode vir a ser uma representação? Se por outro lado, admitimos que os componentes do background são representações, onde essas representações se sustentariam?

Sem explicitar o modelo de interação entre o background e a rede de estados intencionais não conseguiríamos explicar como os locutores humanos realizam e compreendem os atos de discurso. Para este propósito apresentamos a hipótese da saliência.

⁸Apesar das diferenças, Searle (1983) sustenta que tanto o background quanto a rede são holísticos.

2.1 A hipótese da saliência

Como Searle, acreditamos que não devemos dissociar a filosofia da linguagem, da filosofia da mente e da filosofia da ação. Assumimos também que os seres humanos são minimamente racionais, que têm capacidade de memória e inferência limitada. Mas ao contrário de Searle, admitimos que temos acesso ao conteúdo do background, ou parte deste⁹.

A hipótese da saliência busca dar uma explicação sobre como partes de nosso background podem emergir e compor o conjunto de representações pertinentes. Esta hipótese prevê que, de nosso background, fazemos emergir algumas partes salientes, que são potencialmente representações ou estados mentais para a rede de estados mentais. Estes estados emergentes seriam salientes em relação ao restante do background e passariam a compor a rede de estados mentais.

A saliência é uma relação entre um objeto, ou estado, e um outro objeto, fundo, situação, ou estado. Dizemos que algo é saliente em relação a alguma coisa, em virtude de uma relação de contraste.

Quando ocorre a saliência de algo em função das características de um objeto em relação a um fundo, chamamos de *saliência do objeto*. Por exemplo: em relação ao silêncio noturno o barulho de uma pequena explosão será saliente, isto é, ela há de se sobressair. No entanto, temos um outro tipo de saliência, aquela criada pelo sujeito, a qual chamamos *saliência criada pelo sujeito*. Assim, um rosto pode ser saliente numa multidão, ou o sorriso da Mona Lisa pode ser saliente em relação ao seu rosto, isso, se o sujeito estiver procurando por aquele rosto em particular, ou por aquele sorriso. Do ponto de vista cognitivo, algo é saliente em relação a alguma outra coisa seja em função de características próprias, seja em função de um interesse ou necessidade cognitiva do sujeito.

Quanto à saliência relativamente à rede de estados mentais, podemos supor que temos alguns estados mentais que são salientes. Esses estados mentais salientes estimulariam o background, fazendo emergir, de seu interior, algumas partes que comporiam a rede de estados mentais em um momento específico, relativamente a uma necessidade cognitiva específica. Somente as partes advindas do background e aquelas que eram salientes

⁹Uma discussão mais pormenorizada pode ser encontrada em Borges (1990).

no interior da rede, que respondessem à necessidade cognitiva específica naquele momento, viriam ocupar o centro de nosso campo de atenção, tornando-se, portanto, representações pertinentes.

A aplicação da hipótese da saliência teria o papel de um filtro de informações, pois nem tudo que está contido no background torna-se saliente; somente algumas partes tornar-se-iam salientes e emergiriam para compor a rede de estados mentais.

Através da hipótese da saliência podemos explicar como recorremos a informações de nosso background e como elas podem vir a ser pertinentes no interior da rede de estados mentais, dentro da qual os estados intencionais se realizam e da qual dependemos para significar e compreender.

Tomemos um exemplo ilustrativo; pensemos num ciclista que aprendeu a andar de bicicleta quando criança e abandonou, por muito tempo, esta prática. Segundo Searle, esta capacidade de andar de bicicleta do nosso ciclista ficaria guardada no seu background, tornando-se parte integrante deste. Muitos anos depois, suponhamos que o ciclista se veja obrigado a andar de bicicleta. Podemos dizer que sua capacidade desapareceu? Seu esforço para retomar esta prática será idêntico àquele envolvendo o aprendizado na infância? Certamente não, pois a capacidade do ciclista pode ser facilmente recuperada, como um conjunto de regras, representações, informações, internalizadas e fixadas de alguma forma em sua memória etc.

Pela teoria de Searle (1983), o ciclista teria que reaprender a andar de bicicleta, mas, se admitimos, ao contrário de Searle, que existe algum processo mental que nos permite recorrer ao background então diríamos que o ciclista teria que recuperar sua capacidade de andar de bicicleta.

Segundo a hipótese da saliência, seria possível recuperar as informações relativas ao andar de bicicleta porque existiria uma situação que voltaria o campo de interesse do sujeito para a procura das informações necessárias. Essa porção do background que contém as informações sobre o andar de bicicleta, por sua vez, tornar-se-ia saliente em relação ao restante do background onde estão outras informações como aquelas relativas à capacidade de comer, por exemplo, de abrir portas ou de andar de ski.

Para ficar mais claro vejamos a situação de forma esquemática:

1 Um indivíduo, aqui chamado de **A**, possui uma capacidade (andar de bicicleta), fora de

uso e recolhida ao seu background;

- 2 Existe uma necessidade imposta ao indivíduo de recuperação desta capacidade;
- 3 A vai buscar em sua rede de estados mentais aqueles estados relativos a esta capacidade;
- 4 Na rede de estados mentais de A, aqueles estados que são relativos à sua capacidade de andar de bicicleta tornam-se salientes em relação aos outros;
- 5 Esses estados mentais salientes da rede estimulam as partes relativas a esta capacidade de andar de bicicleta do background, as quais se tornam salientes;
- 6 Essas partes salientes passam então a integrar a rede de estados mentais de A;
- 7 Entre aqueles estados mentais salientes de A, são selecionados os estados mentais pertinentes ao exercício da prática de andar de bicicleta.

Do ponto de vista de uma filosofia da mente, a hipótese da saliência permitiria superar duas dificuldades: ela permitiria compreender como a rede e o background interagem e como podemos recuperar informações que estariam, em princípio, no interior da rede. Além disso, a aplicação da hipótese da saliência limitaria o número de estados mentais a serem considerados quando tentamos identificar os estados mentais pertinentes à realização de uma ação ou à compreensão da linguagem.

2.1.1 Significar e compreender

Para Searle, dizer que um locutor B compreende o que um locutor A diz é equivalente a dizer que B consegue perceber a intenção de comunicação e a intenção de significação de A, isto é, B consegue captar o ato ilocucionário principal, suas condições de sucesso e suas condições de satisfação. No entanto, para reconhecer as condições de sucesso e de satisfação dos atos ilocucionários, os falantes necessitam recorrer às suas redes de estados mentais e ao seu background pré-intencional, muitas vezes buscando, neste último elementos para interpretar o ato de discurso principal.

Mas como reconhecer as condições de sucesso e de satisfação recorrendo apenas à rede de estados mentais? Quanto a isto, Searle não nos dá uma resposta.

Esta dificuldade pode ser ilustrada pelo exemplo seguinte, a prática do alpinismo: Um locutor A afirma: “Eu escalarei o Evereste”. A partir da significação desse ato de discurso posso reconhecer que o locutor afirma que vai escalar uma montanha, que geralmente não se escalam montes muito baixos, que, para escalar, é preciso ter duas pernas, dois braços e um bom preparo físico, conhecer algumas técnicas, certas regras de segurança,

poder manter-se em equilíbrio, ter uma capacidade de visão aceitável, etc. Ora, o significado de *escalar* ou de *Evereste* não nos informa muito sobre tais coisas; muitas dessas informações pareceriam óbvias demais para integrar a rede de estados mentais. No entanto, é isto que parece acontecer. Pois não assumiríamos que uma senhora de noventa anos realizasse este ato de discurso literalmente. Pois ela não teria condições físicas para realizar a ação expressa no conteúdo proposicional. Mas não existe no significado de *escalar* ou de *Evereste* nenhuma informação acerca de limite de idade.

2.2 Compreensão, significação e contexto

Na teoria dos atos de discurso, além de considerarmos a significação do enunciado, devemos considerar a intenção com a qual o falante produziu aquele enunciado no contexto de enunciação. Um contexto de enunciação é composto por cinco elementos básicos: o tempo, o espaço, o mundo da enunciação, o(s) falante e o(s) ouvinte(s). Somente a partir da determinação dos componentes do contexto de enunciação é que seremos capazes de determinar a significação literal do ato de discurso.

Quando o locutor fala literalmente, a significação de seu enunciado coincide com aquilo que ele tem principalmente a intenção de dizer. No entanto, quando ele não fala literalmente, a significação do locutor e a de seu enunciado são diferentes. Por exemplo, falando ironicamente o locutor pode utilizar um ato de discurso que expresse exatamente o contrário daquilo que ele tem a intenção de que seu ato de discurso principal signifique. Para ilustrar, tomemos o seguinte exemplo: um falante A comenta ironicamente com o ouvinte B: “A senhora C é de uma delicadeza ímpar”. Na realidade, o que A quer dizer para B é que C é muito grosseira.

Quando um falante realiza um ato de discurso indireto, em geral a significação de seu ato de discurso principal ultrapassa a de seu ato de discurso literal. Por exemplo, consideremos o seguinte diálogo: A pergunta para B: “Você vai à festa hoje a noite?” e B responde “Tem um filme muito bom na televisão”. Na realidade, o que B tem a intenção de significar principalmente é que ele não está completamente motivado a ir à festa naquela noite. Esses são dois dentre outros exemplos possíveis de uso não literal; temos ainda metáforas, implicações conversacionais etc.

A partir dessas explicações nos vem uma pergunta: como é possível para

B compreender o ato de discurso principal de A? Ou, em outras palavras, como é possível para B formar as representações mentais que A tem a intenção de levá-lo a representar?

Contamos com dois pilares para responder a nossa pergunta: primeiro, para compreender a significação de A, B deve poder contar, como ponto de apoio, com a significação do ato de discurso que fora enunciado no contexto; segundo, a partir do reconhecimento de que o ato de discurso realizado no contexto de enunciação não pode ser ato literal, uma determinada operação cognitiva, que explicitaremos em breve, é acionada. Trata-se da aplicação da hipótese da saliência, na compreensão da significação do locutor.

2.2.1 As máximas conversacionais de Grice, o princípio de literalidade e o princípio de racionalidade

Em uma série de artigos elaborados por Grice desde 1957, ele vem desenvolvendo uma teoria que hoje é mais conhecida como Teoria da Significação Não-Natural.

Essa teoria tem como base para análise do termo *significar* o termo primitivo *indicar*. Ele distingue, portanto, dois níveis de significação, o da significação natural, onde significar pode ser substituído por *indicar*, e o nível da significação não-natural, que seria aquela determinada por uma convenção associando um determinado signo a uma referência própria, um objeto ou estado de coisas. Grice sugere também que as trocas conversacionais são baseadas no *princípio de cooperação* ao qual estão ligadas as quatro máximas conversacionais que, segundo ele, balizariam as conversações: a máxima de qualidade (diga a verdade); a máxima de quantidade (não seja prolixo); a máxima de modo (seja direto) e a máxima de relação (seja pertinente). Segundo Grice (1989), seria possível determinar a significação do locutor a partir do respeito ou infração¹⁰ às máximas conversacionais.

A proposta de Grice, no entanto, considera muito pouco a significação daquilo que foi dito, efetivamente, pelo locutor no contexto de enunciação e busca diretamente determinar sua intenção de significação através do efeito que sua enunciação

¹⁰ Acerca da distinção entre respeito e infração às máximas conversacionais ver Vanderveken, (1990).

provocou no interlocutor. Apesar de ter contribuído enormemente para o avanço da discussão sobre a significação do locutor, não foi ainda alcançada, através da teoria da significação não-natural, uma explicação que desse conta de muitos problemas relativos aos diferentes tipos de uso não literal da linguagem.

Propomos, ao contrário de Grice, que a base do cálculo pragmático deva ser o nível semântico de significação dos enunciados, com base em dois pressupostos¹¹: o de literalidade e o de racionalidade mínima.

Como já dissemos anteriormente, o princípio de literalidade reza que a significação do locutor é idêntica à significação do enunciado. Agora, vejamos porque o princípio de literalidade deve, em pragmática, ser tomado como pressuposto de literalidade e sua importância para a compreensão da significação do locutor.

Em nossas trocas conversacionais, freqüentemente deparamo-nos com situações onde aquilo que o falante diz é diferente de sua intenção de significação, ou seja, o ato de discurso realizado no contexto é diferente do ato de discurso principal. Mas como podemos concluir se o ato de discurso é diferente ou semelhante, se não temos algo com que comparar? Essa questão pode parecer muito trivial, mas apesar disto é muitas vezes ignorada sobretudo quando busca-se definir a intenção de significação concentrando-se exclusivamente no que o falante teria a intenção de dizer, sem a preocupação de considerar o que o falante disse efetivamente naquele contexto. É necessário poder comparar o que foi dito com aquilo que o falante teve a intenção de dizer, para podermos considerar sua adequação ou não, sua semelhança ou não.

Além desse aspecto, não seria conveniente ficarmos produzindo enunciados a esmo, querendo dizer outra coisa. Logo, os atos de discurso que proferimos em contexto devem, de alguma maneira, contribuir para que nossos interlocutores compreendam o que queremos dizer.

Por essas duas razões, penso que o pressuposto de literalidade é fundamental para a análise pragmática e, de forma preliminar, diria que pressupomos que o ato de discurso realizado em contexto é o ato de discurso principal (literal) e que o locutor sabe que pressupomos que ele fala literalmente.

¹¹Do ponto de vista da semântica dos atos de discurso, a literalidade e a racionalidade mínima são princípios; já do ponto de vista da pragmática, racionalidade e literalidade funcionariam como pressupostos.

No entanto, o pressuposto de literalidade ajudaria muito pouco se não considerássemos que o falante é minimamente racional. Isso também por duas razões: se consideramos que o falante é maximalmente racional, em razão dessa racionalidade máxima, ele nunca poderia falar não literalmente, pois seria uma contradição flagrante e portanto, uma violação à racionalidade; se por outro lado, não consideramos que o falante é minimamente racional, toda vez que ele falasse não literalmente, atribuiríamos um valor nulo à sua enunciação, sem nos darmos ao trabalho de perguntar o que ele teve a intenção de dizer com sua enunciação. Anularíamos, nos dois casos, a possibilidade de diferença entre o ato de discurso realizado em contexto e o ato de discurso principal. Eis uma das razões pela qual assumo que o locutor não deve ser considerado maximalmente racional, mas também não podemos admitir que ele seja completamente irracional.

A segunda razão pela qual acredito que o pressuposto de racionalidade mínima é fundamental para a pragmática dos atos de discurso é a seguinte: se consideramos que, ao falarmos não literalmente, empregamos certas *estratégias* que levam nosso interlocutor a compreender aquilo que queremos significar, esse emprego de estratégias bem como a crença na capacidade que tem o interlocutor de aplicá-las só é possível se consideramos que os falantes são minimamente racionais.

O princípio da racionalidade mínima determina que o locutor é minimamente racional; isso quer dizer que ele não é necessariamente um *maximizer* mas que existe um nível mínimo de racionalidade ao qual ele se atém. O pressuposto de racionalidade mínima explica porque os locutores nem sempre falam literalmente e explica também que, ao falar não literalmente, eles fornecem ao menos alguns indícios que permitem ao interlocutor chegar ao ato de discurso principal, pois o interlocutor também considera a racionalidade mínima do locutor.

Se na análise semântica o princípio de racionalidade e literalidade funcionam enquanto *princípios*, na análise pragmática eles funcionam como *pressupostos*.

2.2.2 A hipótese da saliência e a significação do locutor¹²

Conforme assinalamos anteriormente, a hipótese da saliência linguística é baseada na idéia de que os locutores deixam indícios salientes quando falam não literalmente e que estes indícios são salientes em relação a outros dados do contexto. Tais indícios estimulariam parte da rede de estados mentais que se tornaria saliente em relação aos outros estados mentais da rede; esses estados salientes na rede estimulariam por sua vez o background, agindo sobre determinadas partes, que se tornariam salientes em relação ao restante do background. Esta parte saliente do background, que se tornaria saliente, emergiria para a rede de estados mentais. Mas, além desta abordagem relativa ao aspecto mental da saliência, devemos considerar ainda seu aspecto linguístico, pois essa mesma noção pode ser empregada para determinar dois tipos de saliência, que definiremos logo abaixo, a saliência semântica e a saliência pragmática.

Dizemos que um ato de discurso é semanticamente saliente se suas condições de sucesso e/ou satisfação não forem obtidas em contexto de enunciação e isso de modo flagrante e intencional, pois um locutor minimamente racional não iria comprometer a realização de seu ato ilocucionário se não tivesse outra intenção de significação.

Por exemplo, quando dizemos “A senhora C é de uma delicadeza ímpar” e é patente que ela é muito grosseira, estamos comprometendo, flagrantemente, a satisfação do ato de discurso realizado no contexto. Essa inadequação flagrante seria saliente para o interlocutor e levaria o mesmo a perguntar-se: o que o locutor quis dizer com a enunciação daquele ato de discurso? Como o locutor colocou em evidência o aspecto de delicadeza da senhora C, o locutor buscaria em sua rede de estados mentais e em seu background os dados que caracterizam, dentro de sua cultura, a delicadeza ou a indelicadeza de alguém, esses dados, sejam oriundos da rede, sejam oriundos do background, são salientes para a interpretação do que o locutor quis dizer com sua enunciação. Mas isso não quer dizer que todos sejam pertinentes.

Além da saliência semântica distinguimos a saliência pragmática. Dizemos que um ato de discurso é pragmaticamente saliente se as máximas conversacionais forem flagrantemente desrespeitadas em contexto de enunciação relativamente aos atos de

¹² A hipótese da saliência tem sua inspiração no artigo de Dascal (1977, p. 309-328).

discurso anteriormente realizados. Por exemplo: se à pergunta “Você vai viajar esta semana?”, você obtém a resposta “Tenho muito trabalho a fazer”, aquele que respondeu está ferindo flagrantemente a máxima conversacional de pertinência, pois à pergunta sobre viagem não cabe uma resposta sobre quantidade de trabalho. Assim, em relação à pergunta anterior a resposta seria saliente e levaria o interlocutor a buscar informações em sua rede de estados mentais. A partir do conjunto de informações salientes poderíamos selecionar aquelas que são pertinentes.

A partir do reconhecimento da saliência semântica ou pragmática seria possível para o interlocutor reconhecer os elementos semântica e pragmaticamente pertinentes. Dizemos que um elemento é semânticamente pertinente se ele contribui, efetivamente, para a determinação das condições de sucesso e de satisfação do ato de discurso principal. Dizemos que um elemento é pragmaticamente pertinente se ele contribui, efetivamente, para o reconhecimento das máximas conversacionais que estão sendo utilizadas naquele contexto de enunciação em função da relação que o ato de discurso realizado no contexto tem com os outros atos de discurso precedentes.

Para melhor compreender o funcionamento da saliência semântica e pragmática analisemos alguns exemplos:

O falante A realiza a seguinte enunciação dirigindo-se ao ouvinte B:

A-“Você vai sair esta noite?”

B-“ Está fazendo muito frio.”

A pergunta de A é um pedido de informação sobre uma ação a ser realizada por B; no caso, se B vai ou não sair naquela noite. A resposta de B não responde à pergunta de A, mas coloca em relevo outros conteúdos de informação.

- A pode interpretar a resposta de B das seguintes maneiras: ou B não quer responder a minha pergunta, portanto não quer cooperar ou ele não está falando literalmente.
- Pressupondo que B quer cooperar, que ele é minimamente racional e que ele está falando literalmente, A pode verificar que a resposta de B não seria adequada à sua pergunta (saliência pragmática).
- Considerando que ela não é adequada, deve, portanto, existir um ato de discurso principal que B quer comunicar.
- Ora, se supomos que A sabe e B sabe que A sabe que B não gosta de sair no frio,

concluiríamos que uma das condições preparatórias para que B saísse seria ele desejar sair, mas como B não gosta de frio, normalmente ele não desejaria sair no frio. Essa condição foi revelada no conteúdo expresso na afirmação de B “está fazendo muito frio” (saliência semântica). A partir desses dados salientes, A pode chegar à resposta principal de B, de que B não tem a intenção de sair naquela noite; portanto uma resposta negativa.

Do ponto de vista da filosofia da linguagem, a hipótese da saliência contribui para alcançarmos o ato de discurso principal. Esta hipótese toma por base o aparato teórico da Teoria da Significação Não-Natural e da Teoria dos Atos de Discurso.

Consoante a nossa proposta, as relações de contraste ou incompatibilidade semântica e pragmática servem, elas mesmas, de indício saliente para alcançarmos a intenção de significação do locutor. No entanto, vale a pena insistir que somente com base no pressuposto de literalidade e de racionalidade mínimas podemos reconhecer a saliência de determinados atos de discurso e limitarmos, no interior da rede de estados mentais, um conjunto de estados salientes dentre os quais selecionaríamos os estados pertinentes.

Considerações Finais

Neste artigo vimos que, para começarmos efetivamente um estudo acerca da significação do locutor, devemos, em princípio, ser capazes de explicar os mecanismos mentais que permitem que os locutores recuperem as informações necessárias para chegar à intenção de comunicação. Um desses mecanismos que propomos é a hipótese da saliência, saliência esta que ocorre tanto no mundo externo e independente do sujeito quanto no mundo do mental e da linguagem. Vimos, assim, que a saliência da linguagem é um caso particular da saliência de um modo geral e distinguimos aquilo que é saliente daquilo que é pertinente.

Segundo nossa hipótese, um ato de discurso é semanticamente saliente se suas condições de sucesso e/ou satisfação não forem obtidas em contexto de enunciação e isto de modo flagrante e intencional. Um ato de discurso é pragmaticamente saliente se as máximas conversacionais forem, flagrantemente, desrespeitadas no contexto de enunciação relativamente aos atos de discurso anteriormente realizados. Isto, porque um comprometimento direto e intencional do sucesso e/ou da satisfação de um ato ilocucionário conta para o interlocutor como indício saliente de que o locutor não fala literalmente e

portanto que ele deve querer dizer outra coisa através de sua enunciação. Além disso, muitas vezes deixamos aparente, no ato de discurso não literal, aquele realizado no contexto, os aspectos sob os quais não falamos literalmente.

Além da saliência, buscamos definir o que é pragmaticamente pertinente e o que é semânticamente pertinente. Esta distinção entre dados salientes e pertinentes é fundamental para que não incorramos nas mesmas dificuldades que vêm sendo enfrentadas na busca de uma teoria da significação do locutor, onde acabamos por ter que lidar com uma quantidade intratável de dados num contexto.

Tomemos um exemplo bem simples para distinguir o que podemos considerar saliente e não pertinente. Se, neste momento em que você está lendo este artigo, a campanha toca, seu som é saliente mas não é pertinente para a compreensão do que você está lendo. Ele pode inaugurar uma outra seqüência de ações e idéias, mas não contribui, efetivamente, para a compreensão do que você está lendo. No entanto, se depois de ler este parágrafo a campanha tocar, ela pode ser saliente e pertinente pois contribuirá, efetivamente, para a determinação da significação do locutor, no caso, da autora.

Referências bibliográficas

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

_____. *Philosophical papers*. Oxford: Clarendon Press, 1961.

BACH, K., HARNISH, R.M. *Linguistic communication and speech acts*. Cambridge: MIT Press, 1979.

BORGES, M. *Les actes de discours non-littéraires et l'arrière-plan*. Québec: Université du Québec à Trois Rivières, thèses, 1990.

COLE, P., MORGAN, J. (Eds.) *Syntax and semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, 1975.

DASCAL, M. *Pragmatics and the philosophy of mind*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1983.

_____. Conversational relevance. *Journal of Pragmatics*, p. 309-328, 1977.

GRICE, H.P. *Studies in the ways of words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

- SEARLE, J. Consciousness, unconsciousness and intentionality. *Philosophical Topics*. v. 28, p.193-209, 1989.
- _____. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *Intentionality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. *Minds, brains and science*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- _____. *Representation*. (Inédito).
- _____. *Speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SEARLE, J. ,VANDERVEKEN, D. *Foundations of illocutionary logic*. Cambridge:Cambridge University Press, 1985.
- VANDERVEKEN, D. *Les actes de discours*. Liège: Pierre Mardaga, 1988.
- _____. Non-literal speech acts and conversational maxims. In: LePORE, E., VAN GULICK, R. (Eds). *John R. Searle and his Critics*. Oxford: Blackwell, 1990.
- _____. *Principles of language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus suivi des investigations philosophiques*. Trad. P. Klossowski. Paris: Gallimard, 1961.

